CONTRATO Nº: 009/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO FMMADS Nº: 048/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 060/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A EMPRESA UTILIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, PARA A PRESTAÇÃO DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DOMICILIAR E COMERCIAL URBANOS; NA FORMA ABAIXO:

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de 2023, o MUNICÍPIO DE CANTAGALO, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, com sede administrativa à Rua Nicolau Guzzo, 71 - Centro - Cantagalo/RJ, CNPJ Nº 11.600.088/0001-07, neste ato representado pelo Gestor Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sr. **Francisco Adriano Estebanez Gomes**, portador da Carteira de Identidade nº 06011742-1 e do CPF nº 886.752.707-04, residente e domiciliado no Sítio Ribeirão, Santa Rita da Floresta, Cantagalo/RJ, doravante denominado CONTRATANTE; e a empresa **Utilix Serviços Ambientais Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.270.666/0001-22, estabelecido na Rua Comendador Alves Ribeiro, nº 22, Centro, Duas Barras-RJ, neste ato representado pelo Sra. Francieli Fernandes Wermelinger e Silva, portadora da Carteira de Identidade RG nº 11324296-0, inscrito no CPF sob o nº 079.092.327-05, residente na cidade de Duas Barras-RJ, doravante denominado CONTRATADO, tendo como respaldo o resultado do Pregão Eletrônico n.º 060/2022, celebram o presente contrato de acordo com a Lei Federal 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, visando a contratação de empresa especializada para execução de serviços para a prestação de serviços de coleta e transporte de lixo domiciliar e comercial urbanos, conforme especificações contidas na planilha de quantitativos e valor estimado, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para realizar serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliar e comercial urbanos, na forma do Termo de Referência e do Instrumento convocatório, conforme abaixo indicado:

Serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliar e comercial urbanos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado no regime de empreitada por preço unitário e ainda de acordo com os anexos ao edital, quais sejam, memoriais descritivos e especificações técnicas, memória de cálculo, planilha de custos, cronograma físico-financeiro e cronograma de início e conclusão de etapas da obra e projetos, e ainda com as demais características, da proposta comercial apresentada pela CONTRATADA no procedimento licitatório mencionado no preâmbulo deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de até R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) em 12 (doze) parcelas, no valor de até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), de acordo com as medições mensais, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente no Banco do Brasil, conta corrente nº 5032-6, agência 4667-1, de titularidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do § 2º, da cláusula sétima.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento à fiscalização do contrato, situada na Rua Nicolau Guzzo, 71, Centro - Cantagalo, CEP: 28.500-000 - CNPJ: 11.600.088/0001- 07, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula sétima, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pagamentos serão efetivados pela Tesouraria do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em prazo 30 (trinta) dias corridos, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta corrente da contratada.

PARÁGRAFO QUARTO - Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO QUINTO - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpada **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da **Prefeitura Municipal de Cantagalo**, o devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, incidindo uma única vez, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, atítulo de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o paraágrafo anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretario Municipal do órgão requisitante do município de Cantagalo.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso o **Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Cantagalo** efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

PARÁGRAFO NONO - A contratada deverá emitir Nota Fiscal contendo as informações necessárias à conferência do material especificado para cada item.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome da Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com o seguinte endereço: Rua Nicolau Guzzo, 71, Centro - Cantagalo, CEP: 28.500-000 - CNPJ: 11.600.088/0001-07.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Havendo identificação na Nota Fiscal ou Fatura de cobrança indevida, o fato será informado à contratada e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal dos produtos devidamente corrigida e atestada pelo Secretário (a).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A identificação de cobrança indevida na Nota Fiscal dos serviços, por parte do Município de Cantagalo, deverá ocorrer em no máximo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento pelo órgão requisitante.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual, inclusive.

CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTAMENTOS

Os valores previstos na cláusula quarta serão reajustados anualmente, tomando-se por base o mês de apresentação das propostas, na mesma proporção da variação verificada no IGP-M/FGV, com base na seguinte fórmula de reajuste:

R=(I1 – I0).P/10
Onde:

R = Reajuste;
I1 = Índice relativo ao mês do reajuste;
I0 = Índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;P = Preço atual dos serviços

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pedidos de reajuste de preços deverão ser apresentados por escrito e acompanhado dos documentos pertinentes para análise e dirigidos a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos de eventuais atrasos de responsabilidade da contratada, os reajustes serão calculados somente até as datas contratuais do evento gerador do faturamento.

PARÁGRAFO QUARTO - A periodicidade do reajuste é anual, aplicando somente aos pagamentos de valoresreferentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta ede acordo com a vigência do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou o saldo contratual terá a vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 1 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos em que a prorrogação dos prazos seja de inteira responsabilidade da contratada, os contratos não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir de 02 de janeiro de 2024, devendo seu extrato ser publicado no DOE do Município até o 5º dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo contratual poderá ser prorrogado, por sucessivos períodos, observando-se o limite de 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, II da Lei 8666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Antonio Rondilane Silva da Rocha, CPF nº 068.400.337-67 e matrícula 4997-2, designado através da Portaria nº 029/2023.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 02 (dois) dias após a entrega do serviço;

b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 10 (dez) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A fiscalização a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO - A ação ou omissão da FISCALIZAÇÃO da Prefeitura não eximirá a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável
Fonte de Recurso: 150000 / 1500001 / 170000 / 170500 / 170400/150100
Programa de Trabalho: 085.17.512.8501.2.051
Código da Despesa: 3.3.90.39.99.000
Ficha: 015 / 016 / 017 / 018 / 019/098

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5 % (cinco por cento) dovalor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista no § 1º do art. 56 da Lei Federal 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b) Seguro - garantia;

c) Fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia a ser apresentada, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá prever a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;

c) prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso o valor do contrato seja alterado, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO SEXTO - Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigaçõessociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela

CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITIAVO - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese de ser caução em dinheiro.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpaou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratandode cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;

b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;

c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e

d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótesede descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUARTO - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso do parágrafo quarto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DIREITOS, ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Sem prejuízo as demais obrigações constantes deste instrumento, o CONTRATANTE obrigar-se-á:

a) Aprovar, mediante vistoria prévia, os veículos e equipamentos que a CONTRATADA empregará na execução dos serviços;

b) Fiscalizar a prestação dos serviços ora contratados, sem que daí advenha qualquer redução das obrigações e responsabilidades da CONTRATADA;

c) A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação a quantidade, particularidade e qualidade na execução do contrato;

d) Providenciar e liberar, em tempo hábil, os locais para execução dos serviços e roteiros programados eautorizados;

e) Examinar e liberar os certificados e/ou demonstrativos mensais de cálculos dos valores a serem faturados pela CONTRATADA, referentes aos serviços executados;

f) A Fiscalização do MUNICÍPIO terá o direito de exigir a substituição de todo funcionário da CONTRATADA cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços. Nesse caso, a CONTRATADA, deverá de pronto, prover a sua substituição para que não haja interrupção dos serviços;

g) Decidir, em conjunto com a CONTRATADA, todas as questões técnicas que se levantarem nas frentes de trabalho durante o andamento do serviço;

h) Ajustar com o responsável da CONTRATADA as alterações que forem convenientes ou necessárias na ordem de sequência da programação dos serviços;

i) Nenhum serviço poderá ser iniciado sem que esteja previamente autorizado, por escrito, pela Fiscalização do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

j) Para todos os serviços-objeto da presente licitação, havendo aumento do volume de resíduos a transportar, em consequência do acréscimo de população de estabelecimentos comerciais, ou de trato de saúde, feiras-livres, ou por outra qualquer ocorrência não prevista neste Edital, poderá a Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, mediante Termo Aditivo Contratual, determinar à CONTRATADA que proceda a necessária adequação do número de veículose/ou equipamentos que compõem sua frota, assim como seu pessoal, respeitada os limites legais, conforme o Art. 57 § 1º inciso IV e Art. 65 § 1º da Lei 8666/93 e alterações;

k) A Prefeitura é proprietária do adubo orgânico gerado na usina.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações da **CONTRATADA** para o item Serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliar e comercial, urbanos:

a) Realizar os serviços em conformidade com as especificações do Projeto Básico do presente edital, bem como sob orientação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

b) A CONTRATADA deverá, com seu pessoal e equipamentos, atender a qualquer solicitação do MUNICÍPIO para a execução das atividades relacionadas ao objeto da presente;

c) A CONTRATADA se obrigará a manter um Preposto, objetivando o fiel cumprimento do objeto presente.

d) Constitui obrigação da CONTRATADA a admissão de pessoal, o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todosos encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato.

e) Os trabalhadores deverão possuir capacidade técnica e/ou física adequada aos serviços necessários. A Contratada deverá fazer uma escala de férias de modo a não alterar o esquema de trabalho devido à ausência de seu pessoal.

f) Caberá à Contratada o fornecimento dos itens abaixo relacionados, cujo custo deverá fazer parte de seu preço:

   I. Todo o EPI (Equipamentos de Proteção Individual) convencional, necessário à execução dosserviços, de acordo a cada profissional;

   II. Uniforme padrão normalmente adotado para seus funcionários;

g) A empresa sediada fora do Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar registro secundário na seção RJ do CREA ou CAU;

h) Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o pessoal cuja atuação no local dos serviços for julgada inconveniente pela contratante;

i) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-la eficaz e eficientemente, de acordo com a proposta da CONTRATADA, especificações técnicas e condições estabelecidas no Edital;

j) Conduzir os serviços em estrita observância às normas da legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo os locais dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

k) Refazer às suas expensas os serviços em desacordo com o estabelecido no Edital e seus anexos;

l) Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por danos resultantes de qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Município e/ou da contratante, de seus funcionários ou de terceiros;

m) Comunicar à Fiscalização da CONTRATANTE, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

n) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre os serviços;

o) Adequar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer serviço que não esteja sendo executado deacordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

p) Arcar com todos os custos decorrentes de imprudência, imperícia ou negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais ou legais;

q) Fazer a Anotação de Responsabilidade Técnica no CREA ou CAU e entregar cópia no Fundo Municipal de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável, em até 10 (dez) dias após a assinatura doContrato e de seus respectivos Aditivos;

r) Fornecer almoço para seus colaboradores;

s) Nos casos em que a dispensa de funcionários suscitar ações na Justiça, não caberá ao MUNICÍPIO nenhuma responsabilidade;

t) A CONTRATADA deverá fazer seu pessoal estar uniformizado, usando EPIs novos e de boa qualidade, portando os respectivos crachás de identificação, fornecidos pela contratada;

u) A CONTRATADA deverá manter os veículos e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, com os dispositivos/equipamentos de segurança e proteção exigidos pela lei. À critério da Fiscalização do Município, o veículo e/ou equipamento que não tiver comprovadamente, um desempenho satisfatório, deverá ser imediatamente substituído pela CONTRATADA no prazo máximode 24 (vinte e quatro) horas;

v) O trabalho normal da CONTRATADA se dará nos dias de semana, exceto feriados, de segunda a sexta feira, de 08h às 17h, com uma hora de almoço e sábado de 08h às 12h ou a critério da fiscalização;

w) A CONTRATADA deverá apresentar ao Diretor da Usina de Reciclagem e Compostagem o planejamento de férias de seu pessoal, sendo que os empregados em férias serão medidos para efeito de pagamento como se trabalhando estivessem;

x) A contratada deverá seguir programa de saúde e segurança do trabalho, de acordo com a legislação vigente, de modo a manter a integridade física e a segurança de seus colaboradores, ainda que não seja obrigada legalmente a manter profissional de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho em seu quadro de funcionários.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos do artigo 77 da Lei 8.666/93, sem que caiba **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10520/02, a Contratada que:

a) Atrasar o início da prestação dos serviços, conforme data aprazada na "Ordem de Início dos Serviços";

b) Não entregar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) – referente à execução – até o início daprestação dos serviços;

c) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

d) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;

e) Desatender às determinações da fiscalização;

f) Cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais;

g) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

h) Iniciar os serviços além dos horários determinados no projeto básico;

i) Utilizar equipamentos de coleta em desacordo com o especificado no projeto básico;

j) Não conceder intervalo para descanso e alimentação (intervalo intrajornada) a seus funcionários conforme estabelecido na CLT ou na convenção coletiva;

k) Não dispor do número mínimo de equipamentos definidos no projeto básico;

l) Permitir que seus funcionários trabalhem sem uniforme ou sem os adequados equipamentos deproteção individual;

m) Permitir que seus funcionários promovam gritarias ou faltem com respeito para com a população,durante a execução dos serviços;

n) Permitir que seus funcionários promovam, para comercialização ou quaisquer outros fins, a triagemdos resíduos coletados;

o) Não executar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

p) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

q) Fraudar na execução do contrato;

r) Comportar-se de modo inidôneo;

s) Cometer fraude fiscal;

t) Não mantiver a proposta.

u) Não executar corretamente o percurso de coleta estabelecido no projeto básico;

v) Transitar com os veículos coletores em velocidade incompatível com a boa execução do serviço;

w) Deixar a via pública por derramamento de líquidos ou detritos dos resíduos dos resíduos coletados;

x) Descarregar os resíduos em qualquer local onde não for determinado pelo projeto básico;

y) Transitar com veículos coletores fora dos seus respectivos roteiros com coletores sendo transportadosnos estribos dos equipamentos;

z) Não dispor de coletores, motoristas ou outros trabalhadores nas quantidades mínimas definidas noprojeto básico;

aa)Não efetuar a limpeza dos locais de resíduos dispostos para a coleta que tenham ficado soltos nasvias públicas por ação de catadores, o livre trânsito dos demais veículos;

bb)Impedir, propositadamente, com os veículos coletores, o livre trânsito dos demais veículos; cc) Permitir que seus funcionários solicitem contribuições ou gratificações nos domicílios atendidos pelo serviço;

dd)Executar, durante os horários de coleta, com equipamentos e/ou as equipes de pessoal, outrosserviços que não sejam objeto do contrato pactuado;

ee)Coletar quaisquer outros tipos de resíduos que não sejam os definidos no projeto básico;

ff) Executar o serviço com veículo de idade superior ao limite estabelecido no projeto básico;

gg)Realizar a coleta com os veículos em inadequado estado de conservação, incluindo pneus, lataria,equipamentos, acessórios, etc;

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não cumprimento dos prazos para a assinatura do contrato, dos eventos contratados ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Cantagalo /Fundo, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO QUARTO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO QUINTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta

cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO SEXTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do Fundo Municipal de Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência, a multa, a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, previstas nas alíneas a, b, c, do parágrafo 3º, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do parágrafo 3º:

a) não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

b) A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

c) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo coma gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

d) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

e) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

f) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

g) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

PARÁGRAFO OITAVO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo da cláusula décima, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO NONO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com o Fundo, prevista na alínea c, do parágrafo quinto:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com

multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo quinto, da cláusula décima.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Se o valor das multas previstas no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar ficarão impedidos de contratar com o Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês,despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre ovalor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, comofundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedada a suspensão do contrato, pela contratada, em decorrência de inadimplemento por parte da Administração Pública, superior a 90 (noventa) dias, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo, sempre que solicitada apresentar toda a documentação dentro dos respectivos prazos de validade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Cantagalo Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia

a qualquer outro,por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **3 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Cantagalo, 27 de dezembro de 2023.

Francisco Adriano Estebanez Gomes
Secretário Municipal do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Cantagalo
Mat. 4843-7
Contratante

Utilix serviços Ambientais Ltda
Contratada

TESTEMUNHAS:

1 – Nome: Juliana Koch Vermelinger
CPF: 068.620.707-62

2 – Nome: ALEXSANDER DA COSTA SARAIVA
CPF: 165.391.397.23

CONTRATO Nº: 010/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO FMMADS Nº: 048/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 060/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPALDE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÃVEL E A EMPRESA FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE (HOSPITALARES); NA FORMA ABAIXO:

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de 2023, o MUNICÍPIO DE CANTAGALO, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, com sede administrativa à Rua Nicolau Guzzo, 71 - Centro - Cantagalo/RJ, CNPJ Nº 11.600.088/0001-07, neste ato representado pelo Gestor Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sr. **Francisco Adriano Estebanez Gomes**, portador da Carteira de Identidade nº 06011742-1 e do CPF nº 886.752.707-04, residente e domiciliado no Sítio Ribeirão, Santa Rita da Floresta, Cantagalo/RJ, doravante denominado CONTRATANTE; e a empresa **FGC Pavimentação e Construção Civil**, inscrita no CNPJ sob o n° 02.892.559/0001-07, estabelecido na Rua XV de Novembro, nº 176, Centro, Tanguá-RJ, neste ato representado pelo Sr. Maxwell Soares Gonçalves, inscrita no CPF sob o n° 031.240.717-35, residente e domiciliado na Rua Noronha Torrezão, 212 apto 1404 na cidade de Niterói-RJ, doravante denominado CONTRATADO, tendo como respaldo o resultado do Pregão Eletrônico n.º 060/2022, celebram o presente contrato de acordo com a Lei Federal 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, visando a contratação de empresa especializada para execução de serviços para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos de saúde (hospitalares); conforme especificações contidas na planilha de quantitativos e valor estimado, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para realizar serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos de saúde (hospitalares); na forma do Termo de Referência e do Instrumento convocatório, conforme abaixo indicado:

Serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos de saúde(hospitalares).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado no regime de empreitada por preço unitário e ainda de acordo com os anexos ao edital, quais sejam, memoriais descritivos e especificações técnicas, memória de cálculo, planilha de custos, cronograma físico-financeiro e cronograma de início e conclusão de etapas da obra e projetos, e ainda com as demais características, da proposta comercial apresentada pela CONTRATADA no procedimento licitatório mencionado no preâmbulo deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de até R$ 10.000,00 dez mil reais), de acordo com as medições mensais, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente no Banco do Brasil, na conta corrente nº 14120-8, agência 3801-6, de titularidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do § 2º, da cláusula sétima.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento à fiscalização do contrato, situada na Rua Nicolau Guzzo, 71, Centro - Cantagalo, CEP: 28.500-000 - CNPJ: 11.600.088/0001- 07, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula sétima, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pagamentos serão efetivados pela Tesouraria do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em prazo 30 (trinta) dias corridos, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta corrente da contratada.

PARÁGRAFO QUARTO - Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO QUINTO - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpada **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, incidindo uma única vez, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, atítulo de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o paraágrafo anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretario Municipal do órgão requisitante do município de Cantagalo.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso o Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

PARÁGRAFO NONO - A contratada deverá emitir Nota Fiscal contendo as informações necessárias à conferência do material especificado para cada item.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome da Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com o seguinte endereço: Rua Nicolau Guzzo, 71, Centro - Cantagalo, CEP: 28.500-000 - CNPJ: 11.600.088/0001-07.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Havendo identificação na Nota Fiscal ou Fatura de cobrança indevida, o fato será informado à contratada e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal dos produtos devidamente corrigida e atestada pelo Secretário (a).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A identificação de cobrança indevida na Nota Fiscal dos serviços, por parte do Município de Cantagalo, deverá ocorrer em no máximo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento pelo órgão requisitante.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual, inclusive.

CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTAMENTOS

Os valores previstos na cláusula quarta serão reajustados anualmente, tomando-se por base o mês de apresentação das propostas, na mesma proporção da variação verificada no IGP-M/FGV, com base na seguinte fórmula de reajuste:

R=(I1 – I0).P/10
Onde:

R = Reajuste;
I1 = Índice relativo ao mês do reajuste;
I0 = Índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;P = Preço atual dos serviços

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pedidos de reajuste de preços deverão ser apresentados por escrito e acompanhado dos documentos pertinentes para análise e dirigidos a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos de eventuais atrasos de responsabilidade da contratada, os reajustes serão calculados somente até as datas contratuais do evento gerador do faturamento.

PARÁGRAFO QUARTO - A periodicidade do reajuste é anual, aplicando somente aos pagamentos de valoresreferentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta ede acordo com a vigência do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou o saldo contratual terá a vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 1 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos em que a prorrogação dos prazos seja de inteira responsabilidade da contratada, os contratos não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir de 02 de janeiro de 2024, devendo seu extrato ser publicado no DOE do Município até o 5º dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo contratual poderá ser prorrogado, por sucessivos períodos, observando-se o limite de 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, II da Lei 8666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Antonio Rondilane Silva da Rocha, CPF nº 068.400.337-67 e matrícula 4997-2, designado através da Portaria nº 029/2023.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 02 (dois) dias após a entrega do serviço;

b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 10 (dez) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A fiscalização a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO - A ação ou omissão da FISCALIZAÇÃO da Prefeitura não eximirá a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável
Fonte de Recurso: 150000 / 1500001 / 170000 / 170500 / 170400/150100
Programa de Trabalho: 085.17.512.8501.2.051
Código da Despesa: 3.3.90.39.99.000
Ficha: 015 / 016 / 017 / 018 / 019/098

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da

data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5 % (cinco por cento) dovalor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista no § 1º do art. 56 da Lei Federal 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b) Seguro - garantia;

c) Fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia a ser apresentada, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá prever a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;

c) prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso o valor do contrato seja alterado, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO SEXTO - Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigaçõessociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITIAVO - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese de ser caução em dinheiro.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de

culpaou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratandode cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;

b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;

c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e

d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótesede descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUARTO - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso do parágrafo quarto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DIREITOS, ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Sem prejuízo as demais obrigações constantes deste instrumento, o CONTRATANTE obrigar-se-á:

a) Aprovar, mediante vistoria prévia, os veículos e equipamentos que a CONTRATADA empregará na execução dos serviços;

b) Fiscalizar a prestação dos serviços ora contratados, sem que daí advenha qualquer redução das obrigações e responsabilidades da CONTRATADA;

c) A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação a quantidade, particularidade e qualidade na execução do contrato;

d) Providenciar e liberar, em tempo hábil, os locais para execução dos serviços e roteiros

programados eautorizados;

e) Examinar e liberar os certificados e/ou demonstrativos mensais de cálculos dos valores a serem faturados pela CONTRATADA, referentes aos serviços executados;

f) A Fiscalização do MUNICÍPIO terá o direito de exigir a substituição de todo funcionário da CONTRATADA cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços. Nesse caso, a CONTRATADA, deverá de pronto, prover a sua substituição para que não haja interrupção dos serviços;

g) Decidir, em conjunto com a CONTRATADA, todas as questões técnicas que se levantarem nas frentes de trabalho durante o andamento do serviço;

h) Ajustar com o responsável da CONTRATADA as alterações que forem convenientes ou necessárias na ordem de sequência da programação dos serviços;

i) Nenhum serviço poderá ser iniciado sem que esteja previamente autorizado, por escrito, pela Fiscalização do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

j) Para todos os serviços-objeto da presente licitação, havendo aumento do volume de resíduos a transportar, em consequência do acréscimo de população de estabelecimentos comerciais, ou de trato de saúde, feiras-livres, ou por outra qualquer ocorrência não prevista neste Edital, poderá a Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, mediante Termo Aditivo Contratual, determinar à CONTRATADA que proceda a necessária adequação do número de veículose/ou equipamentos que compõem sua frota, assim como seu pessoal, respeitada os limites legais, conforme o Art. 57 § 1º inciso IV e Art. 65 § 1º da Lei 8666/93 e alterações;

k) A Prefeitura é proprietária do adubo orgânico gerado na usina.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações da CONTRATADA para o item Serviços de coleta etransporte de resíduos sólidos de saúde (hospitalares):

a) Realizar os serviços em conformidade com as especificações do Projeto Básico do presente edital, bem como sob orientação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

b) A CONTRATADA deverá, com seu pessoal e equipamentos, atender a qualquer solicitação do MUNICÍPIO para a execução das atividades relacionadas ao objeto da presente;

c) A CONTRATADA se obrigará a manter um Preposto, objetivando o fiel cumprimento do objeto presente;

d) Constitui obrigação da CONTRATADA a admissão de pessoal, o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todosos encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato;

e) Os trabalhadores deverão possuir capacidade técnica e/ou física adequada aos serviços necessários. A Contratada deverá fazer uma escala de férias de modo a não alterar o esquema de trabalho devido à ausência de seu pessoal;

f) Caberá à Contratada o fornecimento dos itens abaixo relacionados, cujo custo deverá fazer parte de seu preço:

I. Todo o EPI (Equipamentos de Proteção Individual) convencional, necessário à execução dosserviços, de acordo a cada profissional;

II. Uniforme padrão normalmente adotado para seus funcionários;

g) A empresa sediada fora do Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar registro secundário na seção RJ do CREA ou CAU.

h) Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o pessoal cuja atuação no local dos serviços for julgada inconveniente pela contratante;

i) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-la eficaz e eficientemente, de acordo com a proposta da CONTRATADA, especificações técnicas e condições estabelecidas no Edital;

j) Conduzir os serviços em estrita observância às normas da legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo os locais dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

k) Refazer às suas expensas os serviços em desacordo com o estabelecido no Edital e seus anexos;

l) Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por danos resultantes de qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Município e/ou da contratante, de seus funcionários ou de terceiros;

m) Comunicar à Fiscalização da CONTRATANTE, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

n) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre os serviços;

o) Adequar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer serviço que não esteja sendo executado deacordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

p) Arcar com todos os custos decorrentes de imprudência, imperícia ou negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais ou legais;

q) Fazer a Anotação de Responsabilidade Técnica no CREA ou CAU e entregar cópia no Fundo Municipal de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável, em até 10 (dez) dias após a assinatura doContrato e de seus respectivos Aditivos;

r) Fornecer almoço para seus colaboradores;

s) Nos casos em que a dispensa de funcionários suscitar ações na Justiça, não caberá ao MUNICÍPIO nenhuma responsabilidade;

t) A CONTRATADA deverá fazer seu pessoal estar uniformizado, usando EPIs novos e de boa qualidade, portando os respectivos crachás de identificação, fornecidos pela contratada;

u) A CONTRATADA deverá manter os veículos e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, com os dispositivos/equipamentos de segurança e proteção exigidos pela lei. À critério da Fiscalização do Município, o veículo e/ou equipamento que não tiver comprovadamente, um desempenho satisfatório, deverá ser imediatamente substituído pela CONTRATADA no prazo máximode 24 (vinte e quatro) horas;

v) O trabalho normal da CONTRATADA se dará nos dias de semana, exceto feriados, de segunda a sexta feira, de 08h às 17h, com uma hora de almoço e sábado de 08h às 12h ou a critério da fiscalização;

w) A CONTRATADA deverá apresentar ao Diretor da Usina de Reciclagem e Compostagem o planejamento de férias de seu pessoal, sendo que os empregados em férias serão medidos para efeito de pagamento como se trabalhando estivessem;

x) A contratada deverá seguir programa de saúde e segurança do trabalho, de acordo com a legislação vigente, de modo a manter a integridade física e a segurança de seus colaboradores, ainda que não seja obrigada legalmente a manter profissional de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho em seu quadro de funcionários.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos do artigo 77 da Lei 8.666/93, sem que caiba **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10520/02, a Contratada que:

a) Atrasar o início da prestação dos serviços, conforme data aprazada na "Ordem de Início dos Serviços";

b) Não entregar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) – referente à execução – até o início daprestação dos serviços;

c) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

d) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;

e) Desatender às determinações da fiscalização;

f) Cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais;

g) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

h) Iniciar os serviços além dos horários determinados no projeto básico;

i) Utilizar equipamentos de coleta em desacordo com o especificado no projeto básico;

j) Não conceder intervalo para descanso e alimentação (intervalo intrajornada) a seus funcionários conforme estabelecido na CLT ou na convenção coletiva;

k) Não dispor do número mínimo de equipamentos definidos no projeto básico;

l) Permitir que seus funcionários trabalhem sem uniforme ou sem os adequados equipamentos deproteção individual;

m) Permitir que seus funcionários promovam gritarias ou faltem com respeito para com a população,durante a execução dos serviços;

n) Permitir que seus funcionários promovam, para comercialização ou quaisquer outros fins, a triagemdos resíduos coletados;

o) Não executar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

p) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

q) Fraudar na execução do contrato;

r) Comportar-se de modo inidôneo;

s) Cometer fraude fiscal;

t) Não mantiver a proposta.

u) Não executar corretamente o percurso de coleta estabelecido no projeto básico;

v) Transitar com os veículos coletores em velocidade incompatível com a boa execução do serviço;

w) Deixar a via pública por derramamento de líquidos ou detritos dos resíduos dos resíduos coletados;

x) Descarregar os resíduos em qualquer local onde não for determinado pelo projeto básico;

y) Transitar com veículos coletores fora dos seus respectivos roteiros com coletores sendo transportadosnos estribos dos equipamentos;

z) Não dispor de coletores, motoristas ou outros trabalhadores nas quantidades mínimas definidas noprojeto básico;

aa)Não efetuar a limpeza dos locais de resíduos dispostos para a coleta que tenham ficado soltos

nasvias públicas por ação de catadores, o livre trânsito dos demais veículos;
bb)Impedir, propositadamente, com os veículos coletores, o livre trânsito dos demais veículos; cc) Permitir que seus funcionários solicitem contribuições ou gratificações nos domicílios atendidos pelo
serviço;

dd)Executar, durante os horários de coleta, com equipamentos e/ou as equipes de pessoal, outrosserviços que não sejam objeto do contrato pactuado;

ee)Coletar quaisquer outros tipos de resíduos que não sejam os definidos no projeto básico; ff) Executar o serviço com veículo de idade superior ao limite estabelecido no projeto básico;
gg)Realizar a coleta com os veículos em inadequado estado de conservação, incluindo pneus, lataria,equipamentos, acessórios, etc;

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não cumprimento dos prazos para a assinatura do contrato, dos eventos contratados ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Cantagalo /Fundo, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO QUARTO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO QUINTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO SEXTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência, a multa, a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, previstas nas alíneas a, b, c, do parágrafo 3º, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do parágrafo 3º:

a) não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

b) A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do

respectivo contratado.

c) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo coma gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

d) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

e) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

f) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

g) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

PARÁGRAFO NONO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo da cláusula décima, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com o Fundo, prevista na alínea c, do parágrafo quinto:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo quinto, da cláusula décima.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se o valor das multas previstas no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada,além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar ficarão impedidos de contratar com o Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês,despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre ovalor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, comofundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedada a suspensão do contrato, pela contratada, em decorrência de inadimplemento por parte da Administração Pública, superior a 90 (noventa) dias, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo, sempre que solicitada apresentar toda a documentação dentro dos respectivos prazos de validade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Cantagalo Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro,por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **3 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Cantagalo, 27 de dezembro de 2023.

Francisco Adriano Estebanez Gomes
Secretário Municipal do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Cantagalo
Mat. 4843-7
Contratante

MAXWELL SOARES GONCALVES:03124071735

Digitally signed by MAXWELL SOARES GONCALVES:03124071735
Date: 2023.12.27 18:23:15 -02'00'

FGC Pavimentação e Construção Civil Ltda
Contratada

Testemunhas:

1 – Nome: ALEXSANDER DA COSTA SARAIVA
CPF: 165.341.397-23

2 – Nome: WESLEY VIEIRA DIAS
CPF: 338 958 377 24

CONTRATO Nº: 011/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO FMMADS Nº: 048/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 060/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A EMPRESA FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA USINA DE RECICLAGEM, COMPOSTAGEM DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E INCINERAÇÃO DE LIXO HOSPITALAR NA FORMA ABAIXO:

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de 2023, o MUNICÍPIO DE CANTAGALO, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, com sede administrativa à Rua Nicolau Guzzo, 71 - Centro - Cantagalo/RJ, CNPJ Nº 11.600.088/0001-07, neste ato representado pelo Gestor Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sr. **Francisco Adriano Estebanez Gomes**, portador da Carteira de Identidade nº 06011742-1 e do CPF nº 886.752.707-04, residente e domiciliado no Sítio Ribeirão, Santa Rita da Floresta, Cantagalo/RJ, doravante denominado CONTRATANTE; e a empresa **FGC Pavimentação e Construção Civil**, inscrita no CNPJ sob o n° 02.892.559/0001-07, estabelecido na Rua XV de Novembro, nº 176, Centro, Tanguá-RJ, neste ato representado pelo Sr. Maxwell Soares Gonçalves, inscrita no CPF sob o n° 031.240.717-35, residente e domiciliado na Rua Noronha Torrezão, 212 apto 1404 na cidade de Niterói-RJ, doravante denominado CONTRATADO, tendo como respaldo o resultado do Pregão Eletrônico n.º 060/2022, celebram o presente contrato de acordo com a Lei Federal 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, visando a contratação de empresa especializada para execução de serviços de operação e manutenção da usina de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos, pela técnica de aeração forçada dos resíduos sólidos e incineração de lixo hospitalar, conforme especificações contidas na planilha de quantitativos e valor estimado, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para realizar serviços de operação e manutenção da usina de reciclagem, compostagem dos resíduos sólidos e incineração de lixo hospitalar, na forma do Termo de Referência e do Instrumento convocatório, conforme abaixo indicado:

Serviço de operação e manutenção da usina de reciclagem; compostagem dos resíduos sólidos eincineração de lixo hospitalar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado no regime de empreitada por preço unitário e ainda de acordo com os anexos ao edital, quais sejam, memoriais descritivos e especificações técnicas, memória de cálculo, planilha de custos, cronograma físico-financeiro e cronograma de início e conclusão de etapas da obra e projetos, e ainda com as demais características, da proposta comercial apresentada pela CONTRATADA no procedimento licitatório mencionado no preâmbulo deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de até R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais),em 12 (doze) parcelas, no valor de até R$ 183.333,33 (cento e oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) de acordo com as medições mensais, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente no Banco do Brasil, na conta corrente nº 14120-8, agência 3801-6, de titularidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da

execução do objeto, mediante atestação, na forma do § 2º, da cláusula sétima.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento à fiscalização do contrato, situada na Rua Nicolau Guzzo, 71, Centro - Cantagalo, CEP: 28.500-000 - CNPJ: 11.600.088/0001-07, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula sétima, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pagamentos serão efetivados pela Tesouraria do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em prazo 30 (trinta) dias corridos, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta corrente da contratada.

PARÁGRAFO QUARTO - Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO QUINTO - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpada **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, incidindo uma única vez, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, atítulo de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o paraágrafo anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretario Municipal do órgão requisitante do município de Cantagalo.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso o Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

PARÁGRAFO NONO - A contratada deverá emitir Nota Fiscal contendo as informações necessárias à conferência do material especificado para cada item.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome da Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com o seguinte endereço: Rua Nicolau Guzzo, 71, Centro - Cantagalo, CEP: 28.500-000 - CNPJ: 11.600.088/0001-07.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Havendo identificação na Nota Fiscal ou Fatura de cobrança indevida, o fato será informado à contratada e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal dos produtos devidamente corrigida e atestada pelo Secretário (a).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A identificação de cobrança indevida na Nota Fiscal dos serviços, por parte do Município de Cantagalo, deverá ocorrer em no máximo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento pelo órgão requisitante.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual, inclusive.

CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTAMENTOS

Os valores previstos na cláusula quarta serão reajustados anualmente, tomando-se por base o mês de apresentação das propostas, na mesma proporção da variação verificada no IGP-M/FGV, com base na seguinte fórmula de reajuste:

$R=(I1 - I0).P/10$

Onde:

R = Reajuste;
I1 = Índice relativo ao mês do reajuste;
I0 = Índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;
P = Preço atual dos serviços

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pedidos de reajuste de preços deverão ser apresentados por escrito e acompanhado dos documentos pertinentes para análise e dirigidos a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos de eventuais atrasos de responsabilidade da contratada, os reajustes serão calculados somente até as datas contratuais do evento gerador do faturamento.

PARÁGRAFO QUARTO - A periodicidade do reajuste é anual, aplicando somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou o saldo contratual terá a vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 1 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos em que a prorrogação dos prazos seja de inteira responsabilidade da contratada, os contratos não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir de 02 de janeiro de 2024, devendo seu extrato ser publicado no DOE do Município até o 5º dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo contratual poderá ser prorrogado, por sucessivos períodos, observando-se o limite de 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, II da Lei 8666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Antonio Rondilane Silva da Rocha, CPF nº 068.400.337-67 e matrícula 4997-2, designado através da Portaria nº 029/2023.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 02 (dois) dias após a entrega do serviço;

b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 10 (dez) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A fiscalização a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO - A ação ou omissão da FISCALIZAÇÃO da Prefeitura não eximirá a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável
Fonte de Recurso: 150000 / 1500001 / 170000 / 170500 / 170400/150100
Programa de Trabalho: 085.17.512.8501.2.051
Código da Despesa: 3.3.90.39.99.000
Ficha: 015 / 016 / 017 / 018 / 019/098

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista no § 1º do art. 56 da Lei Federal 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b) Seguro - garantia;

c) Fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia a ser apresentada, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá prever a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;

c) prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução docontrato; e

d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso o valor do contrato seja alterado, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO SEXTO - Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do

pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITIAVO - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese de ser caução em dinheiro.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;

b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;

c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e

d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUARTO - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso do parágrafo quarto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DIREITOS, ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Sem prejuízo as demais obrigações constantes deste instrumento, o CONTRATANTE obrigar-se-á:

a) Aprovar, mediante vistoria prévia, os veículos e equipamentos que a CONTRATADA empregará na execução dos serviços;

b) Fiscalizar a prestação dos serviços ora contratados, sem que daí advenha qualquer redução das obrigações e responsabilidades da CONTRATADA;

c) A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação a quantidade, particularidade e qualidade na execução do contrato;

d) Providenciar e liberar, em tempo hábil, os locais para execução dos serviços e roteiros programados e autorizados;

e) Examinar e liberar os certificados e/ou demonstrativos mensais de cálculos dos valores a serem faturados pela CONTRATADA, referentes aos serviços executados;

f) A Fiscalização do MUNICÍPIO terá o direito de exigir a substituição de todo funcionário da CONTRATADA cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços. Nesse caso, a CONTRATADA, deverá de pronto, prover a sua substituição para que não haja interrupção dos serviços;

g) Decidir, em conjunto com a CONTRATADA, todas as questões técnicas que se levantarem nas frentes de trabalho durante o andamento do serviço;

h) Ajustar com o responsável da CONTRATADA as alterações que forem convenientes ou necessárias na ordem de sequência da programação dos serviços;

i) Nenhum serviço poderá ser iniciado sem que esteja previamente autorizado, por escrito, pela Fiscalização do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

j) Para todos os serviços-objeto da presente licitação, havendo aumento do volume de resíduos a transportar, em consequência do acréscimo de população de estabelecimentos comerciais, ou de trato de saúde, feiras-livres, ou por outra qualquer ocorrência não prevista neste Edital, poderá a Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, mediante Termo Aditivo Contratual, determinar à CONTRATADA que proceda a necessária adequação do número de veículos e/ou equipamentos que compõem sua frota, assim como seu pessoal, respeitada os limites legais, conforme o Art. 57 § 1º inciso IV e Art. 65 § 1º da Lei 8666/93 e alterações;

k) A Prefeitura é proprietária do adubo orgânico gerado na usina.

l) Fica sob sua responsabilidade a destinação final do rejeito enviado para coprocessamento, caso às fábricas de cimento encerrem esse tipo de atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações da CONTRATADA para o item Serviço de operação e manutenção da usina de reciclagem; compostagem dos resíduos sólidos e incineração de lixo hospitalar:

a) Realizar os serviços em conformidade com as especificações do Projeto Básico do presente edital, bem como sob orientação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

b) A CONTRATADA deverá, com seu pessoal e equipamentos, atender a qualquer solicitação do MUNICÍPIO para a execução das atividades relacionadas ao objeto da presente;

c) A CONTRATADA se obrigará a manter um Preposto, objetivando o fiel cumprimento do objeto presente;

d) Constitui obrigação da CONTRATADA a admissão de pessoal, o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato;

e) Os trabalhadores deverão possuir capacidade técnica e/ou física adequada aos serviços necessários. A Contratada deverá fazer uma escala de férias de modo a não alterar o esquema de trabalho devido à ausência de seu pessoal;

f) Caberá à Contratada o fornecimento dos itens abaixo relacionados, cujo custo deverá fazer parte de seu preço:

   I. Todo o EPI (Equipamentos de Proteção Individual) convencional, necessário à execução dos serviços, de acordo a cada profissional;

   II. Uniforme padrão normalmente adotado para seus funcionários;

g) A empresa sediada fora do Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar registro secundário na seção

RJ do CREA ou CAU;

h) Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o pessoal cuja atuação no local dos serviços for julgada inconveniente pela contratante;

i) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-la eficaz e eficientemente, de acordo com a proposta da CONTRATADA, especificações técnicas e condições estabelecidas no Edital;

j) Conduzir os serviços em estrita observância às normas da legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo os locais dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

k) Refazer às suas expensas os serviços em desacordo com o estabelecido no Edital e seus anexos;

l) Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por danos resultantes de qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Município e/ou da contratante, de seus funcionários ou de terceiros;

m) Comunicar à Fiscalização da CONTRATANTE, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

n) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre os serviços;

o) Adequar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

p) Arcar com todos os custos decorrentes de imprudência, imperícia ou negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais ou legais;

q) Fazer a Anotação de Responsabilidade Técnica no CREA ou CAU e entregar cópia no FundoMunicipal de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável, em até 10 (dez) dias após a assinatura doContrato e de seus respectivos Aditivos;

r) Fornecer almoço para seus colaboradores;

s) Nos casos em que a dispensa de funcionários suscitar ações na Justiça, não caberá ao MUNICÍPIO nenhuma responsabilidade;

t) A CONTRATADA deverá fazer seu pessoal estar uniformizado, usando EPIs novos e de boa qualidade, portando os respectivos crachás de identificação, fornecidos pela contratada;

u) A CONTRATADA deverá manter os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, com os dispositivos/equipamentos de segurança e proteção exigidos pela lei. À critério da Fiscalização do Município, o veículo e/ou equipamento que não tiver comprovadamente, um desempenho satisfatório, deverá ser imediatamente substituído pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

v) O trabalho normal da CONTRATADA se dará nos dias de semana, exceto feriados, de segunda a sexta feira, de 08h às 17h, com uma hora de almoço e sábado de 08h às 12h ou a critério da fiscalização;

w) A CONTRATADA deverá apresentar ao Diretor da Usina de Reciclagem e Compostagem o planejamento de férias de seu pessoal, sendo que os empregados em férias serão medidos para efeito de pagamento como se trabalhando estivessem;

x) A contratada deverá disponibilizar Técnico em Segurança do Trabalho com a função de garantir a segurança do trabalho através da adoção de medidas com o objetivo de minimizar os acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, bem como proteger a integridade e a capacidade de trabalho dos trabalhadores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos do artigo 77 da Lei 8.666/93, sem que caiba **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/02, a Contratada que:

a) Atrasar o início da prestação dos serviços, conforme data aprazada na "Ordem de Início dos Serviços";

b) Não entregar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) – referente à execução – até o início da prestação dos serviços;

c) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

d) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;

e) Desatender às determinações da fiscalização;

f) Cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais;

g) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

h) Iniciar os serviços além dos horários determinados no projeto básico;

i) Utilizar equipamentos de coleta em desacordo com o especificado no projeto básico;

j) Não conceder intervalo para descanso e alimentação (intervalo intrajornada) a seus funcionários conforme estabelecido na CLT ou na convenção coletiva;

k) Não dispor do número mínimo de equipamentos definidos no projeto básico;

l) Permitir que seus funcionários trabalhem sem uniforme ou sem os adequados equipamentos de proteção individual;

m) Permitir que seus funcionários promovam gritarias ou faltem com respeito para com a população, durante a execução dos serviços;

n) Permitir que seus funcionários promovam, para comercialização ou quaisquer outros fins, a triagem dos resíduos coletados;

o) Não executar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

p) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

q) Fraudar na execução do contrato;

r) Comportar-se de modo inidôneo;

s) Cometer fraude fiscal;

t) Não mantiver a proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não cumprimento dos prazos para a assinatura do contrato, dos eventos contratados ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Cantagalo /Fundo, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO QUARTO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO QUINTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO SEXTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do Fundo Municipal de Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência, a multa, a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, previstas nas alíneas a, b, c, do parágrafo 3º, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do parágrafo 3º:

a) não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

b) A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

c) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

d) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

e) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

f) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

g) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

PARÁGRAFO OITAVO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo da cláusula décima, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO NONO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com

o Fundo, prevista na alínea c, do parágrafo quinto:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo quinto, da cláusula décima.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Se o valor das multas previstas no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada,além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SETIMO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar ficarão impedidos de contratar com o Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês,despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre ovalor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedada a suspensão do contrato, pela contratada, em decorrência de inadimplemento por parte da Administração Pública, superior a 90 (noventa) dias, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo, sempre que solicitada apresentar toda a documentação dentro dos respectivos prazos de validade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Cantagalo Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro,por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **3 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Cantagalo, 27 de dezembro de 2023.

Francisco Adriano Estebanez Gomes
Secretário Municipal do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Cantagalo
Mat. 4843-7
Contratante

MAXWELL SOARES GONCALVES:03124071735
Digitally signed by MAXWELL SOARES GONCALVES:03124071735
Date: 2023.12.27 18:25:39 -02'00'

FGC Pavimentação e Construção Civil Ltda
Contratada

Testemunhas:

1 – Nome: ALEXSANDER DA COSTA SARAIVA
CPF: 165.391.397-23

2 – Nome: WESLEY VIEIRA DIAS
CPF: 138958377-24

CONTRATO Nº 012/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 048/2022
PREGÃO ELETRÔNICO N. º 060/2022.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A EMPRESA COMPROMISSO AMBIENTAL – INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL RECICLAGEL LTDA PARA A PRESTAÇÃO SERVIÇO DE DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM ATERRO SANITÁRIO NA FORMA ABAIXO:

Aos 27 dias do mês de dezembro de 2023, o MUNICÍPIO DE CANTAGALO, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, representada por seu titular Francisco Adriano Estebanez Gomes portador da Carteira de Identidade nº 06011742-1 e do CPF nº 886.752.707-04, residente e domiciliado no Sítio Ribeirão, Santa Rita da Floresta, Cantagalo/RJ, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e a empresa COMPROMISSO AMBIENTAL – INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL RECICLAGEL LTDA, inscritano CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 06.084.836/0001-06, localizada AV AUGUSTO PERACIO, nº 246, Distrito Industrial, Além Paraíba – MG, CEP 36.660-000, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador Bruno Carneiro Madeiro da Costa, portador da Carteira de Identidade nº 02263237685, expedida pelo DETRAN/RJ, CPF nº 103.315.247-16, doravante denominada simplesmente CONTRATADA tendo como respaldo o resultado do Pregão Eletrônico n.º 060/2022, celebram o presente contrato de acordo com a Lei Federal 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de disposição final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário, conforme especificações contidas na planilha de quantitativos e valor estimado, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para realizar serviço de disposição final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário, na forma do Termo de Referência e do Instrumento convocatório, conforme abaixo indicado:

Item 04: Serviço de disposição final de resíduos sólidos urbanos (classe IIA) – aterro sanitário.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado no regime de empreitada por preço unitário e ainda de acordo com os anexos ao edital, quais sejam, memoriais descritivos e especificações técnicas, memória de cálculo, planilha de custos, cronograma físico-financeiro e cronograma de início e conclusão de etapas da obra e projetos, e ainda com as demais características, da proposta comercial apresentada pela CONTRATADA no procedimento licitatório mencionado no preâmbulo deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de até R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de até R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), de acordo com as medições mensais, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente nº 13583-6, agência 0356-5, de titularidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do § 2º, da cláusula sétima.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento à fiscalização do contrato, situada na Rua Nicolau Guzzo, 50, Centro - Cantagalo, CEP: 28.500-000 - CNPJ: 11.600.088/0001-07, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula sétima, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pagamentos serão efetivados pela Tesouraria do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em prazo 30 (trinta) dias corridos, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta corrente da contratada.

PARÁGRAFO QUARTO - Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO QUINTO - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da **Prefeitura Municipal de Cantagalo**, o devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, incidindo uma única vez, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o parágrafo anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretario Municipal do órgão requisitante do município de Cantagalo.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso a **Prefeitura Municipal de Cantagalo** efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

PARÁGRAFO NONO - A contratada deverá emitir Nota Fiscal contendo as informações necessárias à conferência do material especificado para cada item.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome da Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com o seguinte endereço: Rua Nicolau Guzzo, 71, Centro - Cantagalo, CEP: 28.500-000 - CNPJ: 11.600.088/0001-07.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Havendo identificação na Nota Fiscal ou Fatura de cobrança indevida, o fato será informado à contratada e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal dos produtos devidamente corrigida e atestada pelo Secretário (a).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A identificação de cobrança indevida na Nota Fiscal dos serviços, por parte do Município de Cantagalo, deverá ocorrer em no máximo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento pelo órgão requisitante.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência

contratual, inclusive.

CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTAMENTOS

Os valores previstos na cláusula quarta serão reajustados anualmente, tomando-se por base o mês de apresentação das propostas, na mesma proporção da variação verificada no IGP-M/FGV, com base na seguinte fórmula de reajuste:

R=(I1 – I0).P/10
Onde:

R = Reajuste;
I1 = Índice relativo ao mês do reajuste;
I0 = Índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;
P = Preço atual dos serviços

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pedidos de reajuste de preços deverão ser apresentados por escrito e acompanhado dos documentos pertinentes para análise e dirigidos a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos de eventuais atrasos de responsabilidade da contratada, os reajustes serão calculados somente até as datas contratuais do evento gerador do faturamento.

PARÁGRAFO QUARTO - A periodicidade do reajuste é anual, aplicando somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou o saldo contratual terá a vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 1 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos em que a prorrogação dos prazos seja de inteira responsabilidade da contratada, os contratos não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura, devendo seu extrato ser publicado no DOE do Município até o 5º dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo contratual poderá ser prorrogado, por sucessivos períodos, observando-se o limite de 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, II da Lei 8666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Antonio

Rondilane Silva da Rocha, CPF 068.400.337-67, Matrícula nº 4997-2, designado através da Portaria SMMADS nº 029/2023.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 02 (dois) dias após a entrega do serviço;

b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 10 (dez) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A fiscalização a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO - A ação ou omissão da FISCALIZAÇÃO da Prefeitura não eximirá a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável
Fonte de Recurso: 150000 / 1500001 / 170000 / 170400 / 170500/ 150100
Programa de Trabalho: 1085.17.512.8501.2.051
Código da Despesa: 3.3.90.39.99.000
Ficha: 015 / 016 / 017 / 018 / 019 / 098

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista no § 1º do art. 56 da Lei Federal 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b) Seguro - garantia;

c) Fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia a ser apresentada, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá prever a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;

c) prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução docontrato;

e

d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso o valor do contrato seja alterado, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO SEXTO - Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITIAVO - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese de ser caução em dinheiro.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA ADICIONAL

Em adição às disposições da Cláusula Nona - Da Garantia, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia adicional no valor de R$ 32.569,24 (trinta e dois mil quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos), conforme previsão do artigo 48, § 2º da Lei Federal 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia adicional será prestada em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei Federal 8.666/93, a saber:
a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
b) Seguro - garantia;
c) Fiança bancária.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As disposições referentes à garantia contidas na Cláusula Nona aplicam-se integralmente à garantia adicional, com as devidas adaptações necessárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia adicional prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o valor do contrato seja alterado, a garantia adicional deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia adicional, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - O levantamento da garantia adicional por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Para a liberação da garantia adicional, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - A garantia adicional prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese de ser caução em dinheiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;

b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;

c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e

d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUARTO - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso do parágrafo quarto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DIREITOS, ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Sem prejuízo as demais obrigações constantes deste instrumento, o CONTRATANTE obrigar-se-á:

a) Aprovar, mediante vistoria prévia, os veículos e equipamentos que a CONTRATADA empregará na execução dos serviços;

b) Fiscalizar a prestação dos serviços ora contratados, sem que daí advenha qualquer redução das obrigações e responsabilidades da CONTRATADA;

c) A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação a quantidade, particularidade e qualidade na execução do contrato;

d) Providenciar e liberar, em tempo hábil, os locais para execução dos serviços e roteiros programados e autorizados;

e) Examinar e liberar os certificados e/ou demonstrativos mensais de cálculos dos valores a serem faturados pela CONTRATADA, referentes aos serviços executados;

f) A Fiscalização do MUNICÍPIO terá o direito de exigir a substituição de todo funcionário da CONTRATADA cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços. Nesse caso, a CONTRATADA, deverá de pronto, prover a sua substituição para que não haja interrupção dos serviços;

g) Decidir, em conjunto com a CONTRATADA, todas as questões técnicas que se levantarem nas frentes de trabalho durante o andamento do serviço;

h) Ajustar com o responsável da CONTRATADA as alterações que forem convenientes ou necessárias na ordem de sequência da programação dos serviços;

i) Nenhum serviço poderá ser iniciado sem que esteja previamente autorizado, por escrito, pela Fiscalização do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

j) Para todos os serviços-objeto da presente licitação, havendo aumento do volume de resíduos a transportar, em consequência do acréscimo de população de estabelecimentos comerciais, ou de trato de saúde, feiras-livres, ou por outra qualquer ocorrência não prevista neste Edital, poderá a Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, mediante Termo Aditivo Contratual, determinar à CONTRATADA que proceda a necessária adequação do número de veículos e/ou equipamentos que compõem sua frota, assim como seu pessoal, respeitada os limites legais, conforme o Art. 57 § 1° inciso IV e Art. 65 § 1° da Lei 8666/93 e alterações;

k) A Prefeitura é proprietária do adubo orgânico gerado na usina.

l) Fica sob sua responsabilidade a destinação final do rejeito enviado para coprocessamento, caso às fábricas de cimento encerrem esse tipo de atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações da CONTRATADA para o item Serviço de disposição final de resíduos sólidos urbanos (classe IIa) – Aterro Sanitário:

a) Realizar os serviços em conformidade com as especificações do Projeto Básico do presente edital, bem como sob orientação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

b) A CONTRATADA deverá, com seu pessoal e equipamentos, atender a qualquer solicitação do MUNICÍPIO para a execução das atividades relacionadas ao objeto da presente;

c) A CONTRATADA se obrigará a manter um Preposto, objetivando o fiel cumprimento do objeto presente;

d) Constitui obrigação da CONTRATADA a admissão de pessoal, o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato;

e) Os trabalhadores deverão possuir capacidade técnica e/ou física adequada aos serviços necessários. A Contratada deverá fazer uma escala de férias de modo a não alterar o esquema de trabalho devido à ausência de seu pessoal;

f) Caberá à Contratada o fornecimento dos itens abaixo relacionados, cujo custo deverá fazer parte de seu preço:

   I. Todo o EPI (Equipamentos de Proteção Individual) convencional, necessário à execução dos serviços, de acordo a cada profissional;

   II. Uniforme padrão normalmente adotado para seus funcionários;

g) A empresa sediada fora do Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar registro secundário na seção RJ do CREA ou CAU;

h) Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o pessoal cuja atuação no local dos serviços for julgada inconveniente pela contratante;

i) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-la eficaz e eficientemente, de acordo com a proposta da CONTRATADA, especificações técnicas e condições estabelecidas no Edital;

j) Conduzir os serviços em estrita observância às normas da legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo os locais dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

k) Refazer às suas expensas os serviços em desacordo com o estabelecido no Edital e seus anexos;

l) Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por danos resultantes de qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Município e/ou da contratante, de seus funcionários ou de terceiros;

m) Comunicar à Fiscalização da CONTRATANTE, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

n) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre os serviços;

o) Adequar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

p) Arcar com todos os custos decorrentes de imprudência, imperícia ou negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais ou legais;

q) Fazer a Anotação de Responsabilidade Técnica no CREA ou CAU e entregar cópia no FundoMunicipal de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável, em até 10 (dez) dias após a assinatura doContrato e de seus respectivos Aditivos;

r) Nos casos em que a dispensa de funcionários suscitar ações na Justiça, não caberá ao MUNICÍPIO nenhuma responsabilidade;

s) A CONTRATADA deverá fazer seu pessoal estar uniformizado, usando EPIs novos e de boa qualidade, portando os respectivos crachás de identificação, fornecidos pela contratada;

t) A CONTRATADA deverá manter os veículos e equipamentos em perfeitas condições defuncionamento, com os dispositivos/equipamentos de segurança e proteção exigidos pela lei. Àcritério da Fiscalização do Município, o veículo e/ou equipamento que não tiver comprovadamente, umdesempenho satisfatório, deverá ser imediatamente substituído pela CONTRATADA no prazo máximode 24 (vinte e quatro) horas;

u) A contratada deverá seguir programa de saúde e segurança do trabalho, de acordo com a legislação vigente, de modo a manter a integridade física e a segurança de seus colaboradores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos do artigo 77 da Lei 8.666/93, sem que caiba **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/02, para o item 04 a Contratada que;

a) Atrasar o início da prestação dos serviços, conforme data aprazada na "Ordem de Início dos Serviços";

b) Não entregar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) – referente à execução – até o início da prestação dos serviços;

c) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

d) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;

e) Desatender às determinações da fiscalização;

f) Cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais;

g) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

h) Iniciar os serviços além dos horários determinados no projeto básico;

i) Utilizar equipamentos de coleta em desacordo com o especificado no projeto básico;

j) Não conceder intervalo para descanso e alimentação (intervalo intrajornada) a seus funcionários conforme estabelecido na CLT ou na convenção coletiva;

k) Não dispor do número mínimo de equipamentos definidos no projeto básico;

l) Permitir que seus funcionários trabalhem sem uniforme ou sem os adequados equipamentos de proteção individual;

m) Permitir que seus funcionários promovam gritarias ou faltem com respeito para com a população, durante a execução dos serviços;

n) Permitir que seus funcionários promovam, para comercialização ou quaisquer outros fins, a triagem dos resíduos coletados;

o) Não executar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

p) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

q) Fraudar na execução do contrato;

r) Comportar-se de modo inidôneo;

s) Cometer fraude fiscal;

t) Não mantiver a proposta.

u) Fraudar ou tentar fraudar a pesagem de resíduos;

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não cumprimento dos prazos para a assinatura do contrato, dos eventos contratados ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Cantagalo /Fundo, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO QUARTO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO QUINTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO SEXTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do Fundo Municipal de Meio

Ambiente e desenvolvimento Sustentável, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência, a multa, a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, previstas nas alíneas a, b, c, do parágrafo terceiro, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do parágrafo terceiro:

a) não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

b) A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

c) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

d) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

e) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

f) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

g) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

PARÁGRAFO OITAVO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo da cláusula décima, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO NONO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com o Fundo, prevista na alínea c, do parágrafo terceiro:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo quinto, da cláusula décima primeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Se o valor das multas previstas no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada,além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos

pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar ficarão impedidos de contratar com o Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês,despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre ovalor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedada a suspensão do contrato, pela contratada, em decorrência de inadimplemento por parte da Administração Pública, superior a 90 (noventa) dias, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo,

sempre que solicitada apresentar toda a documentação dentro dos respectivos prazos de validade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Cantagalo Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **3 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Cantagalo, 27 de dezembro de 2023.

Francisco Adriano Estebanez Gomes
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVELCONTRATANTE

Bruno Madeiro
Sócio Administrador
CPF 103.315.247-16

COMPROMISSO AMBIENTAL – INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL RECICLAGEL LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: ALEXSANDER DA COSTA SARAIVA
CPF: 165.341.397-23

Nome: Katiane Nicolau Gonçalves
CPF: 147 523 647-29